

“O PÃO NOSSO DE CADA DIA”: TENSÕES NO COMERCIO DE FARINHA ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Adelar Heinsfeld*

RESUMO: No final do século XIX e início do XX, o Brasil dependia totalmente da importação de trigo e de farinha para abastecer seu mercado interno. A Argentina se torna o principal fornecedor destes produtos. Como o Brasil também importava farinhas dos EUA, em alguns momentos foi concedida tarifas aduaneiras que beneficiavam a entrada no mercado brasileiro de farinhas norte-americanas. Este artigo apresenta as discussões que ocorreram, principalmente por parte da imprensa, em torno desta questão, fazendo surgir uma “guerra das farinhas”

Palavras chave: Relações Brasil-Argentina, imprensa, comércio de farinhas

ABSTRACT: At the end of the 19th century and beginning of the 20th, Brazil depended entirely on the import of wheat and flour to supply its domestic market. Argentina becomes the main supplier of these products. As Brazil also imported flour from the USA, at times customs tariffs were granted that benefited the entry of North American flour into the Brazilian market. This article presents the discussions that took place, mainly in the press, around this issue, giving rise to a “flour war”

Keywords: Brazil-Argentina relations, press, flour trade

Introdução

As relações políticas entre a Argentina e o Brasil caracterizam-se por um estado permanente de tensão e rivalidade até, pelo menos, a década de 70 do século XX. Principalmente a partir do final do século XIX, Argentina e Brasil passam a disputar a supremacia na América do Sul, influenciando inclusive os outros países da região platina. Esta rivalidade atingiu seu auge na primeira década do século XX.

Em que pese a rivalidade regional, havia um comércio de farinhas de trigo, com a Argentina abastecendo o mercado brasileiro, que se tornou o principal destino das exportações daquele produto. O fato de o Brasil também importar farinhas dos Estados Unidos fez com que, em alguns momentos, surgissem tensões entre os dois países vizinhos decorrentes das tarifas de importação praticadas pelo Brasil. Do início do século até as vésperas da Primeira Guerra mundial o Brasil concedeu benefícios alfandegários às farinhas importadas dos EUA com a justificativa que aquele país permitia que o café brasileiro entrasse em seu mercado livre de direitos. Em função disso a Argentina vai pleitear também estes benefícios, argumentando que somente assim suas farinhas teriam condições de concorrer com as farinhas norte-americanas no mercado brasileiro.

Estas tensões foram enormemente insufladas pela imprensa da época. Os interesses comerciais dos dois países eram discutidos e debatidos nas páginas dos principais jornais das capitais, Buenos Aires e Rio de Janeiro.

* Doutor em História, com pós-doutorado na Pontificia Universidad Católica de Chile. Professor titular da graduação e da Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: adelar@upf.br

Ao trabalharmos com a imprensa enquanto fonte é necessário considerar que “a tarefa da história não é, pois, recuperar o passado tal como ele se deu, mas interpretá-lo.” Desta forma vai agir o historiador: “a partir dos sinais que chegam até o presente, cabe tentar compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação.” (BARBOSA, 2007, 13).

Ao perquirir as notícias numa página de jornal, o historiador terá que entender como ocorreu a geração de uma determinada matéria jornalística, que se transformou numa notícia. Neste sentido é que Patrick Charaudeau vai chamar de “notícia” a um “conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espacio temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado.” Para este autor, “significa que o acontecimento, de algum modo, é um *fato* que se inscreve num certo *domínio* do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um *minirrelato*.” Da mesma forma, “no instante em que se dá a notícia, ela é tratada sob uma forma discursiva que consiste *grosso modo* em: *descrever* o que se passou, *reportar* reações, *analisar os fatos*.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 132)

Argentina triguera

A partir do último quartel do século XIX a Argentina passou por profundas transformações. A população que em 1869 era de 1.800.000 habitantes chegava a mais de 7.800.000 em 1914; o comércio exterior, que era de 74.000.000 de pesos-ouro em 1870, ultrapassou a cifra espetacular de 1.000.000.000 de pesos-ouro em 1913; a rede ferroviária que mal ultrapassava os 700 km em 1870 já contava com mais de 33.000 km. em 1914. A área agrícola plantada, que registava escassos 200.000 hectares em 1872, ultrapassou os 12.400.000 hectares em 1914. Estes números são indicativos do que aconteceu em quatro áreas cruciais da história econômica argentina: a população, a rede de transportes, a produção rural e o comércio exterior. Todos indicam progressos espetaculares, todos pretendem mostrar não só taxas muito rápidas de crescimento da riqueza geral, mas também da riqueza por habitante. Enquanto a população cresceu 4 vezes, o comércio exterior cresceu 12 vezes, a malha ferroviária 40 vezes e a área plantada 55 vezes (GALO, 2008, p. 234). O diplomata e historiador brasileiro Rubens Ricupero (2017, p. 240) chama este crescimento de “milagre argentino”. Ao comparar o PIB *per capita* entre os dois países no início da República brasileira, Ricupero indica que o da Argentina era de US\$ 2.151, ao passo que o do Brasil era de míseros US\$ 749 (2017, p. 242).

Mario Rapoport (2000, p. 9) assinala que no processo de expansão da economia capitalista, no final do século XIX e início do século XX, os fatores de produção, capital e trabalho foram mobilizados para os países periféricos, especialmente os chamados “espaços abertos” com uma pequena população e grandes recursos naturais, desde que à medida que eram

recebidos, em troca de dividendos e juros, o que aumentava a acumulação de capital, de matérias-primas e de alimentos, estimulando a exportação de manufaturados. “Para muchas naciones, como la Argentina, la inserción en los mercados mundiales iba a asumir las características de una relación cada vez más asimétrica, y el sistema multilateral de comercio y pagos reforzaba este fenómeno en vez de limitarlo. Los ciclos económicos de las economías periféricas estaban subordinadas a los de los países industrializados” (RAPOPORT, 2000, p.9).

Até 1880, a pecuária representava cerca de 90% das vendas argentinas ao exterior. Naquela década ocorre a expansão agrícola e o conseqüente aumento da produção de cereais, com destaque para o trigo.

Essa expansão baseou-se em três pilares: ferrovias, mão de obra estrangeira e máquinas agrícolas. As duas grandes ondas de construção ferroviária, na década de 1880 e início do século XX, implantaram trilhos na região dos Pampas e colocaram a imensa superfície de terras férteis e extremamente baratas, saqueadas dos indígenas na década de 1870 – na chamada “campanha de Roca ao deserto”-, em condições de serem incorporadas à produção (HORA, 2012, p. 148).

O aumento da área cultivada também foi acompanhado por uma mudança na forma de produzir, com inovações tecnológicas e a introdução de maquinarias agrícolas. Entre 1891 e 1910 os agricultores argentinos importaram em torno de 200.000 cortadeiras e colheitadeiras e mais de 11.000 trilhadoras. Com isso, o parque de máquinas agrícolas argentina se encontrava entre os mais modernos e mais intensamente utilizados no mundo (HORA, 2012, p. 148).

Estudando o processo da indústria moageira de trigo na Argentina, Juan Kornblihtt destaca que “la expansión del capital en la Argentina tiene particular velocidade en la rama harinera.”. Esta expansão não somente se observa na aparição de novas unidades industriais moageiras e na sua capacidade individual de transformar trigo em farinha, mas também no processo de produção e na força motriz utilizada. A concentração de capital e seu conseqüente impulso na transformação dos processos de trabalho “que gracias a la importación de maquinaria permite alcanzar una media productiva de nivel internacional, nos muestran a la molinería argentina como una rama atractiva para el capital.” (KORNBLIHTT, 2010, p. 3).

Até 1890 o aumento da produção agrícola serviu quase exclusivamente para atender a demanda interna, mas depois deu origem à geração de excedentes e, em pouco tempo, a Argentina tornou-se um grande exportador de cereais. Isto não se deveu, fundamentalmente, a um aumento na procura global de alimentos. Ainda nessa altura - meados dos anos 90 - os preços internacionais dos produtos agrícolas caíam (subiriam no final do século) como conseqüência, entre outros fatores, da incorporação de novos países agrícolas e pecuários no mercado mundial. Os baixos custos de produção, alcançados pela redução dos custos de transporte, a ampla

disponibilidade de terras e as formas predominantes de exploração, baseadas no arrendamento, viabilizaram e tornaram as exportações argentinas competitivas. A crise agrícola europeia e a desvalorização do papel-moeda também desempenharam um papel significativo (RAPOPORT, 2000, p. 60).

Outro fator que contribuiu para a expansão agrícola e a produção trigueira foi a estabilidade política. Com o fim das lutas internas fratricidas, a Argentina pode atrair o interesse do imigrante, que irá empregar sua força e seu conhecimento na produção agrícola (GIMÉNEZ, 1959, p. 118). Da mesma forma, a estabilidade política atraiu vultosos capitais ao país, que serão empregados na produção agrícola, bem como na indústria cerealista.

Em 1886 a Argentina exportou 230.000 toneladas de trigo e 6.000 toneladas de farinhas, com uma área cultivada de 800.000 hectares, subindo para 2.000.000 hectares em 1895 (GIMÉNEZ, 1959, p. 119).

A partir de 1890 a produção trigueira aumentou consideravelmente, com um impacto importante nas exportações deste produto.

Tabela I – Produção e exportação de trigo argentino (1890-1899)

Período	Área semeada (ha)	Produção (toneladas)	Rendimento (Kg/há)	Exportação (toneladas)
1890-1891	1.202.000	845.000	703	395.555
1891-1892	1.600.000	980.000	612	470.110
1892-1893	1.600.000	1.593.000	995	1.008.137
1893-1894	1.840.000	2.238.000	1.216	1.608.249
1894-1895	2.000.000	1.670.000	835	1.010.269
1895-1896	2.260.000	1.263.000	559	532.001
1896-1897	2.500.000	860.000	344	101.845
1897-1898	2.600.000	1.453.000	559	645.161
1898-1899	3.200.000	2.857.000	893	1.713.429

Fonte: GIMÉNEZ, 1959, p. 167 e 378-358.

O desenvolvimento agrícola, com destaque para a produção de trigo, ajudou a configurar a forma de inserção internacional argentina no final do século XIX que vai estender-se para o início do século seguinte:

Cuando Argentina se transforma durante la década de 1890 en un importantísimo proveedor triguero para el mercado de consumo internacional, con una provisión del 70 por cien de lo que producía para la exportación, se puede afirmar sin temor a equivocarse que queda establecida durante un largo lapso una política exterior perfectamente definida (SATAS, 1987, p. 129).

Na entrada do século XX até o início da Primeira Guerra Mundial a expansão agrícola argentina continuou em ritmo acelerado. Como resultado, a produção e a consequente exportação de trigo só aumentaram.

Tabela II -Produção e exportação de trigo argentino (1899-1914)

Período	Áreas semeada (hectare)	Produção (toneladas)	Rendimento (Kg/ha)	Exportação (toneladas)
1899-1900	3.250.000	2.766.589	851	2.009.000
1900-1901	3.379.749	2.034.436	602	1.006.777
1901-1902	3.296.066	1.534.405	465	700.679
1902-1903	3.695.343	2.823.853	764	1.784.155
1903-1904	4.320.021	3.529.100	834	2.458.007
1904-1905	4.903.124	4.102.600	837	3.075.081
1905-1906	5.675.293	3.672.231	647	2.432.271
1906-1907	5.692.268	4.245.434	746	2.862.943
1907-1908	5.759.987	5.238.705	909	3.798.437
1908-1909	6.063.100	4.250.086	701	2.680.540
1909-1910	5.836.550	3.565.556	611	2.048.461
1910-1911	6.253.180	3.974.520	636	2.455.215
1911-1912	6.897.000	4.523.000	656	2.817.028
1912-1913	6.918.450	5.100.000	737	2.990.217
1913-1914	6.537.540	2.850.123	434	1.076.694
1914-1915	6.261.000	4.604.000	735	2.677.299

Fonte: RAPOPORT, 2000, p. 61.

Com a entrada de capitais estrangeiros a indústria moageira argentina tem um salto. A industrialização do trigo faz com que a farinha se torne um importante produto na pauta de exportações do país.

La productividad aumentaba más rápido que la población y por lo tanto los empresarios harineros no podían haber uso de las mejores técnicas introducidas. Esto llevó a una creciente capacidad ociosa que en el marco de una crisis general de la acumulación de capital mostro que el mercado nacional no alcanzaba para todos. Frente a este contexto se abrieron dos procesos. El primero era la búsqueda de expandir em mercado externo. El segundo la necesidad de destruir a algunos capitales para centralizar el abastecimiento en pocas manos (KORNBLIHTT, 2010, p. 4).

A década de 1890 se caracterizou por uma permanente busca, por parte da Argentina, de expandir o mercado exterior. O mercado europeu já era abastecido pelas farinhas norte-americanas e austro-húngaras. Diante disso, o Brasil se convertia no principal comprador das farinhas argentinas.

Logo o Brasil se torna o principal importador deste produto. A primeira exportação de farinha para o Brasil se deu em 1872, quando foram exportadas 161 toneladas deste produto. A partir de 1876 não há mais interrupção neste comercio, embora com oscilações anuais. Durante o período imperial brasileiro, o ano com maior comercio foi 1879, com 13.112 toneladas.

Com o início da República, o Brasil passa cada vez mais a absorver as exportações da farinha argentina, e vai continuar a ser o grande comprador até o início da Primeira Guerra Mundial, marco cronológico deste estudo.

Tabela III – Produção e exportação da farinha de trigo argentina (1891-1914)

Período	Produção (toneladas)	Exportação Total (toneladas)	Exportação para o Brasil (toneladas)	Exportação para o Brasil (%)
1891	315.000	7.015	2.119	30,20
1892	351.000	18.849	10.362	54,97
1893	385.000	37.921	26.453	69,75
1894	405.000	40.758	32.582	79,94
1895	415.000	53.935	47.632	88,31
1896	419.000	51.732	49.129	94,96
1897	417.000	41.443	40.097	96,75
1898	405.000	31.933	30.568	95,72
1899	453.000	59.464	53.900	90,64
1900	465.000	51.203	37.938	74,09
1901	495.000	71.742	68.120	94,95
1902	470.000	39.040	33.039	84,62
1903	515.000	71.980	60.088	83,47
1904	655.000	107.298	84.619	78,86
1905	715.000	144.760	103.424	71,44
1906	699.000	128.998	114.784	88,98
1907	697.863	127.499	118.331	92,81
1908	695.627	113.500	99.232	87,42
1909	708.290	116.487	102.359	87,64
1910	751.218	115.408	99.950	86,60
1911	840.118	118.486	98.075	82,77
1912	897.532	131.580	111.278	84,57
1913	848.338	124.649	99.869	80,12
1914	908.361	67.325	58.202	86,45

Fonte: GIMÉNEZ, 1959, p. 679-680, 757-758.

Ao contrário da pecuária, que contava com uma poderosa comunidade empresarial nativa, de fundamental importância no processo de mudança pecuária, a expansão agrícola dependeu das competências e energias de uma população de agricultores composta, em quase dois terços, por estrangeiros que chegaram ao país com recursos modestos (HORA, 2012, p. 149).

Na Argentina os capitais britânicos tiveram grande penetração, subordinando a economia local a seus interesses. No Brasil desde 1850 os capitais norte-americanos começavam a se fazer presentes. Já em 1870 os EUA, que entravam na corrida imperialista, rivalizando com a Inglaterra, absorviam 75% das exportações do café brasileiro, e o comércio bilateral - Brasil-EUA - era ligeiramente superior ao comércio entre os EUA e o restante da América Latina (CERVO; BUENO, 2002, p. 138).

Na segunda metade do século XIX o Brasil passou a viver o auge da produção cafeeira, transformando-se em grande produtor e exportador do produto, e os EUA em seu grande consumidor. Em função da valorização deste produto no mercado internacional, o grupo cafeeiro

assume o controle político do Estado brasileiro. Este controle fica mais evidente com a Proclamação da República em 1889. Assim, Clodoaldo Bueno afirma que “a República foi decorrente da supremacia da agroexportação cafeeira sobre o conjunto da economia brasileira.” (BUENO, 1995, p. 21).

Como os ingleses não incluísem o café em seus hábitos, o centro exterior de poder e decisão do Brasil passou a se deslocar, gradual, mas firme e irreversivelmente, da Inglaterra para os EUA. Esses vínculos econômicos determinaram posições políticas distintas por parte do Brasil e da Argentina dentro do sistema interamericano. A Argentina por razões comerciais via nos EUA um rival. Sua produção de trigo, lã e couros disputava o mercado internacional com a norte-americana.

Com a implantação da República ocorreu uma americanização da diplomacia brasileira, com o Brasil procurando uma aproximação maior com a potência do Norte. Isso vai ser perceptível com mais ênfase a partir de 1902 quando o barão do Rio Branco assume o ministério das Relações Exteriores. Rio Branco percebeu como estava se distribuindo o poder na nova ordem mundial que surgia, bem como a posição que os EUA estavam ocupando nesta distribuição do poder. Por outro lado, "o reconhecimento por Rio Branco da existência do que hoje se designa como subsistema, não significa ser o Brasil caudatário da política exterior norte-americana." (BUENO, 1977, p. 113).

Desta forma, o barão do Rio Branco procurou tirar proveito da amizade com a nova potência para fortalecer o projeto brasileiro de supremacia na América do Sul. "Dir-se-ia que Rio Branco procurava formar na área sul-americana um subsistema de poder, tendo na liderança o Brasil." (BUENO, 1977, p. 112).

Ao mesmo tempo que o Brasil se aproximava dos EUA, a rivalidade com a Argentina se aguçava, com inúmeros momentos de tensões. No aguçamento desta rivalidade, no final do século XIX e início do século XX, alguns episódios merecem destaque, como a resolução, por parte do Brasil, de questões lindeiras com inúmeros países vizinhos. Da mesma forma, a corrida armamentista surgida entre Brasil e Argentina foi fruto desta rivalidade.¹

A rivalidade existente entre os dois países na primeira década do século XX resultou no fenômeno da “paz armada”, que foi produto das diretrizes geopolíticas de seus grupos dirigentes. Em alguns momentos a situação atingiu conotações graves, com a hipótese de guerra chegando a ser considerada.

¹ Para maiores detalhes sobre o aguçamento da rivalidade ver HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica do Barão: as ações geopolíticas de Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Curitiba: Prismas, 2015.

Apesar da rivalidade que causava altos e baixos nas relações entre os dois países, estes possuíam fortes ligações comerciais, sendo que a farinha de trigo era o principal elemento de exportação argentina para o Brasil.

A Guerra das farinhas

As tarifas aduaneiras foram sempre um problema no comércio Brasil-Argentina, pois cada qual se achava prejudicado. Outro grave problema que o Brasil enfrentava em relação a Argentina era o “contrabando legal”, que era feito onde não havia postos fiscais. Assim, a questão tarifária foi tema para muitas discussões e, conseqüentemente, de tensões.

Em 31 de janeiro de 1891 o Brasil fez um acordo aduaneiro com os EUA, que favorecia a entrada no mercado brasileiro de trigo, farinha de trigo e maquinaria agrícola, livre de impostos, bem como a redução de tarifas para outros produtos norte-americanos. Em compensação, a borracha e o café brasileiro também entrariam no mercado norte-americano livre de taxaço (RICUPERO, 2017, p. 263).

O governo argentino reagiu diante daquele acordo. Em dezembro de 1891, Estanislau Severo Zeballos, ministro das Relações Exteriores, enviou nota ao ministro plenipotenciário brasileiro em Buenos Aires, Ciro de Azevedo, solicitando mais seriedade no que se referia a tarifas, afirmando que o argumento mais forte para formular a solicitação “provinha do fato de o governo argentino ter incluído o tabaco rio-grandense na ‘qualidade paraguaia’.” Como sobre o tabaco do Paraguai incidia menos direitos alfandegários do que sobre o oriundo do Brasil, beneficiava-se então o tabaco importado do rio Grande do Sul. A concessão, que segundo a nota prejudicava a própria indústria tabageira da Argentina, entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1892.” Em resposta, Ciro de Azevedo respondeu à Zeballos que o Brasil não estava disposto a aceitar imposições da Argentina para conseguir favores aduaneiros para a farinha (Apud BUENO, 1995, p. 222-223).

Uma guerra tarifária se aproximava. O representante brasileiro na capital portenha informava que o Congresso Nacional argentino havia sobretaxado “acintosamente” os impostos sobre o fumo brasileiro e que isso seria uma resposta à mensagem do presidente brasileiro, Deodoro da Fonseca, ao Congresso Nacional brasileiro na qual havia solicitado aumento de impostos de produtos importados do Prata.²

Pelas cláusulas do acordo aduaneiro Brasil-EUA, a farinha norte-americana entrou no Brasil livre de direitos de 1º de abril de 1891 a 28 de agosto de 1894, enquanto a farinha argentina não tinha franquia alguma. Como resultado daquele acordo, em 1892 os EUA introduziram

² AHI. Ofício da legação brasileiro em Buenos Aires, 27 dez. 1891.

918.547 barricas de farinhas; em 1893, 837.639 barricas e em 1894, 920.869 barricas (GIMÉNEZ, 1959, p. 771).

O acordo foi denunciado em 1894; a partir daí, segundo Giménez (1959, p. 771), a farinha argentina teve condições de competir no mercado brasileiro “de una manera eficaz frente a los poderosos rivales del norte” e a exportação argentina “empezó a aumentar lenta pero seguramente.” De acordo com este autor, em 1898 entraram no Brasil 31.000 toneladas de farinha argentina e 72.220 toneladas de farinha norte americana; em 1899, foram 57.000 e 63.700 toneladas, respectivamente (GIMÉNEZ, 1959, p. 772)

O problema das farinhas já vinha se arrastando a alguns anos e se prolongaria por mais alguns no que se referia à redução do imposto alfandegário. O Brasil havia reduzido as tarifas de importação às farinhas de trigo norte-americanas, acondicionadas em barricas, não fazendo o mesmo para as farinhas argentinas, que eram acondicionadas em sacos ou bolsas. Esta questão teve muita discussão, com a imprensa se manifestando, ministros intervindo; porém o governo brasileiro se mantinha irredutível, argumentando que não iria conceder “favores”.

Na virada do século intensificou-se a discussão que se prolongaria até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, acerca das tarifas alfandegárias concedida pelo Brasil à importação de farinha de trigo norte-americana.

A imprensa de Buenos Aires agitou-se em função disso, pois tal vantagem, conseguida pelo representante dos EUA no Rio de Janeiro, era considerada lesiva aos interesses argentinos. A reclamação da imprensa portenha foi tanta que o presidente argentino, Julio Roca, interveio no assunto, observando à Ciro de Azevedo que a redução favorável aos EUA seria uma ameaça a principal exportação argentina, ameaça que, consumada, teria “péssimo efeito” e poderia ser vista como um “ato pouco amistoso”. O presidente argentino informou que iria instruir seu ministro em Washington para, segundo Ciro de Azevedo, fazer “sentir ao governo americano quão pouco generosos era solicitar um favor aduaneiro que importava, diretamente, agravação de tarifa para um artigo similar de um país amigo”. Ciro de Azevedo não deixou passar a oportunidade para indagar ao presidente argentino sobre a veracidade da intenção de se “proteger” a indústria algodoeira argentina, conforme fora noticiando pela imprensa de Buenos Aires. Julio Roca, segundo o representante brasileiro, garantiu “que o seu governo não cogitava em conceder favores especiais a essa cultura incipiente e que tinha, ao contrário, o intento de limitar o sistema de protecionismo, que, erradamente, ainda vigorava.”³

Em orientação ao representante brasileiro em Buenos Aires, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olinto de Magalhães, enviou correspondência no final de março de 1901,

³ AHI. Ofício – reservado – da legação brasileira em Buenos Aires, 17 dez. 1900

onde esclarecia que o governo brasileiro não pretendia causar prejuízo ao comércio argentino, mas sim atender aos interesses brasileiros. O Brasil recusando a solicitação do governo norte-americano, este teria como impor, num futuro muito breve, em cumprimento à sua legislação aduaneira, a cobrança de direitos sobre a importação do café, o principal produto da exportação brasileira e que entrava livremente no mercado norte-americano. Por outro lado, ironizava dizendo que nada impedia a Argentina de também exportar farinha em barricas de madeira, quando então ficaria sujeita ao tratamento tarifário idêntico ao dispensado à farinha norte-americana. Embora reconhecesse que esta adaptação demoraria, ela somente dependia dos exportadores argentinos. Olinto Magalhães disse que para liquidar a reclamação argentina de que um país conseguia reduções aduaneiras no Brasil em detrimento dos interesses de outro, era necessário lembrar que em maio de 1900 o representante argentino no Rio de Janeiro, Manoel Goroziaga, lhe apresentou uma proposta de tratado de comércio através do qual ficaria livre de direitos alfandegários a entrada de farinha de trigo argentina em todos os portos brasileiros. Esta concessão, se concretizada, na opinião do ministro brasileiro seria “mui prejudicial” aos interesses dos EUA uma vez era “mais importante do que a obtida pelo governo americano”.⁴

Apesar desta problemática, na opinião de Ciro de Azevedo, o governo argentino desejava, naquele momento, adotar uma postura em que ficasse em harmonia com o Brasil, visando uma real aproximação. O ministro da Agricultura da Argentina, Ramos Mexia, lhe manifestou a possibilidade de abolir, se não de todo, mas que ficasse bem reduzido, as tarifas aduaneiras que incidia sobre o café brasileiro no mercado argentino. Por outro lado, Ramos Mexia sugeriu a adoção de medidas, por parte do Brasil, de aplicação semelhante. Na avaliação de Ciro de Azevedo, naquele momento, a amizade brasileira para a Argentina era considerada fundamental para servir de “anteparo aos arranques da política chilena”,⁵ era também considerada como sincera e elevada, tendo em vista o incremento das relações comerciais entre os dois países. Desta forma, o Brasil poderia obter “vantagens, sem desvio da conduta de boa harmonia e aspirações elevadas”.⁶

O governo brasileiro pretendia taxar em 40% a importação de farinha de trigo em sacas, forma em que a Argentina exportava sua farinha. No Congresso Nacional tramitava projeto neste sentido, que também é motivo de intenso debate entre senadores e deputados brasileiros.⁷

⁴ AHI. Despacho à Legação brasileira em Buenos Aires, 27 mar. 1901.

⁵ Naquele momento as relações entre Argentina e Chile passavam por uma fase muito tensa, tendo em vista disputas fronteiriças na região do Canal de Beagle. Esta tensão levou a uma corrida armamentista entre os dois países, que somente cessou com a assinatura dos chamados Pacto de Mayo, em maio de 1902 (Ver HEINSFELD, Adelar. Argentina x Chile: fronteira e corrida armamentista no Cone Sul no final do século XIX. *História: debates e tendências*, vol. 19, n° 3, p. 531–548, set./dez. 2019)

⁶ AHI. Ofício da legação brasileira em Buenos Aires, 16 mai. 1901

⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 nov. 1901; Anais do Senado Federal, sessão de 06 dez. 1901.

Como não poderia deixar de ser, houve uma “guerra” pela imprensa nos dois países em torno da questão das farinhas.

A imprensa portenha colocou o problema do comércio de farinhas com o Brasil como uma guerra aduaneira entre Argentina e EUA, da qual este último saíra vencedor. Os mais importantes periódicos não deixaram a questão passar em branco.

Ainda no final de 1900 o jornal *La Nación*, que sempre foi partidário da amizade com o Brasil, estranhava a proposta de aumento de impostos sobre a farinha argentina, considerando inexplicável naquele momento em que as relações comerciais entre os dois estavam boas (06 dez. 1900). Recomendava, inclusive, que os exportadores de farinhas para o Brasil fizessem uso das madeiras da região das missões para a fabricação de barricas para acondicionar este produto. Defendia também que o governo ajudasse os exportadores a colocar em prática esta ideia (08 dez. 1900).

O jornal *La Prensa*, que se notabilizou, ao longo do tempo, por uma posição contrária à amizade com o Brasil, propõe aos exportadores a estudarem os mercados ingleses para introduzirem a farinha argentina, julgando que estes mercados oferecessem mais vantagens do que o mercado brasileiro (11 dez. 1900).

Da mesma forma, o jornal portenho *El Diario*, dizia que questão das farinhas estava fazendo muito barulho em Buenos Aires, devido ao representante argentino no Rio de Janeiro lutar, há mais de quatro meses, para impedir que se efetuassem as exigências do ministro norte-americano, Charles Page Bryan, “hombre de Chicago, mitad ministro y mitad agente comercial, que sólo tiene la virtud de la perseverancia, ya que acude al menos dos veces por semana a la secretaría de relaciones exteriores de Río para decir y pedir siempre lo mismo.”

De acordo com *El Diario*, a intenção dos yankees era retirar as farinhas argentinas do mercado brasileiro, trabalhando para isso já há mais de dois anos, ameaçando sobrecarregar com pesadas tarifas o café em seu país, se o Brasil não acedesse as suas pretensões. Lembrava, porém, aquele periódico, que a tentativa brasileira de impor tarifas não era sobre as farinhas argentinas, mas sim àquelas que eram importadas em sacos; porém, como as argentinas usavam esta embalagem, a consequência era contra elas. Informava ainda que as farinhas americanas eram vendidas no Rio de Janeiro a 20 e 21 *shillings* a barrica, enquanto as argentinas vendiam-se a 16, 17 e 18 *shillings* a cada dois sacos, o que equivalia a uma barrica.

Concluindo a longa matéria, *El Diario* afirmava que o proceder pouco delicado do ministro Bryan não consistia em trabalhar em prol de seu país, senão na forma por que o fazia. Que pretendesse vantagens para a produção americana, seria natural; mas que quisesse chegar

a este fim fazendo gravar especialmente a produção de um país amigo, isso era sem dúvida um procedimento incorreto (30 dez. 1900).

No início do ano seguinte, *La Prensa*, afirmava que não se surpreendia com a medida adotada pelo governo brasileiro, pois este inclinara-se em favor do produto norte-americano e a razão desta inclinação era que os EUA eram o principal comprador de café, ao qual davam entrada livre de tarifas alfandegárias. A Argentina, por sua vez, fechava seu mercado aos produtos brasileiros, como o açúcar, que era taxado proibitivamente. Desta forma, a tarifa diferenciada era uma “represália franca” por parte do Brasil. *La Prensa* observava que as visitas presidenciais, de Roca ao Brasil e Campos Sales à Argentina, tinham sido inócuas, pois a questão das farinhas representou uma derrota diplomática argentina, demonstrando que as visitas não responderam a propósitos concretos e que os presidentes nada tinham tratado de fundamental, no que se refere às relações entre os dois países, tanto diplomáticas quanto comerciais (01 fev. 1901).

Por sua vez, o jornal *La Nación* naquele momento adotou uma postura mais crítica que *La Prensa*, considerando que a tarifa aduaneira brasileira referente à farinha, diferenciada a partir do acondicionamento do produto, era uma atitude hostil, que objetivava favorecer o comércio norte-americano. *La Nación* pediu a adoção de “tarifas de represália” sobre o café e o mate brasileiro. Esta represália deveria também incidir sobre o comércio com os EUA, pois aquele governo estava mancomunado com o governo brasileiro, visando prejudicar o comércio argentino. Observava que os EUA deveriam olhar esta questão de uma forma mais ampla, pois estaria pondo em risco o importante mercado platino para os seus produtos manufaturados (26 fev. 1901).

Um pouco antes, *La Nacion* explicitava que os negociantes argentinos de farinha argumentavam que tinha sido uma ideia nobilíssima inventada pelos norte-americanos a de pedir um aumento de direito das farinhas ensacadas, sabendo que o acondicionamento em barricas encareceria extraordinariamente a farinha similar argentina. Da mesma forma, destacava que os moageiros argentinos não concordavam que as farinhas norte-americanas fossem superiores às suas (03 fev. 1901).

La Nacion comentava acrememente os erros da diplomacia argentina sobre a questão das farinhas, de alta transcendência econômica para a República; os tratados sanitários, de navegação e comércio com o Brasil deveriam ter sido firmados antes da visita do dr. Campos Salles.

Lembrava o tradicional periódico porteño que nos banquetes e festejos realizados em homenagem à visita presidencial de Campos Sales os ministros do exterior dos dois países apareceram como meras figuras decorativas ou como despreocupados palacianos, enquanto sua

missão era estudar, trabalhar e investigar as conveniências do comércio e da produção mútuas (03 fev. 1901).

Outro jornal também partidário da amizade com o Brasil, *El País*, interpretou de forma diferente a questão. Segundo aquele jornal, o maior adversário da farinha argentina no mercado brasileiro não era a concorrência da farinha norte-americana, mas sim os moinhos nacionais brasileiros, que desde 1888 excluía as farinhas de qualquer procedência. Dizia que com esta medida o governo brasileiro estava com razão ao defender a indústria nacional de transformação. Para *El País*, a Argentina seria sempre o principal fornecedor de trigo para os moinhos brasileiros, mas não de farinha (01 fev. 1901).

Os moageiros argentinos chegaram a acordar em enviar uma petição ao governo brasileiro a fim de sustar a cobrança de tarifa sobre a farinha embalada em sacos, para que os produtores argentinos tivessem tempo para construir barricas para embalar a farinha exportada. *El Diario* era de opinião que esta atitude era pura perda de tempo e dinheiro, pois estava claro o empenho do governo brasileiro em favorecer o produto similar norte-americano (05 fev. 1901).

A imprensa brasileira, da Capital Federal, também repercutiu a questão das farinhas. O jornal *O Paiz* era muito enfático neste sentido: “o nosso governo pensa em gravar um dos grandes artigos de exportação argentina, não para proteger uma indústria nacional, mas para favorecer o comércio americano.” O tradicional periódico carioca dava razão à imprensa platina:

Sob este ponto de vista afigura-se-nos que sobra razão aos confrades da imprensa do Rio da Prata. A ideia de um imposto sobre a farinha argentina, pondo em melhores condições no nosso mercado a farinha americana, por maiores que sejam as razões comerciais apontadas a favor desta preferência, é pelo menos de um flagrante inoportunidade política. A permuta de amabilidades entre os dois governos, com o concurso moral dos dois povos, que alegremente viam estreitarem-se relações até há pouco cerimoniosas e secas, constitui um acontecimento internacional da mais clara relevância, pela nobreza de intuítos pacíficos, pelo espírito de solidariedade continental, no terreno político e econômico que ela pareceu demonstrar (08 fev. 1901).

Poucos dias depois *O Paiz* ressaltava que a proposição do governo brasileiro para decretar um imposto sobre a farinha importada em sacas havia sido sugestão do ministro norte-americano Page Bryan. E externava seu descontentamento:

Não se causa uma lesão desta natureza ao comércio de um país amigo, sem uma razão imperiosa que a justifique e a razão, na espécie, foi a do Brasil querer ser agradável ao excelente freguês que nos compra a maior patê do nosso café, isentando-o de direitos e que se empenha agora por ocupar no mercado brasileiro de farinhas o lugar proeminente e a Argentina já conquistara (13 fev. 1901).

Para *O Paiz* não era aceitável que se concedesse benefício alfandegário às farinhas americanas, tendo em vista que o Brasil não receberia nenhum benefício a mais do que aquele que já recebia: a entrada do café no mercado norte-americano livre de direitos:

Se assim é, se os Estados Unidos sempre nos compraram o café, por sua livre vontade, no seu próprio interesse, sem nos exigirem compensações, parece que a este pedido de súbito formulado e que representa um favor a um produto seu enfrentado com êxito no nosso mercado pela concorrência argentina, devia corresponder a uma vantagem para o Brasil. Entretanto, nada nos dão os Estados Unidos em troca dessa concessão e nós todos nos devemos considerar, ao que parece, muito ditosos, porque por essa fórmula evitamos que aquele nosso excelente freguês se lembre de taxar o nosso café, cuja entrada se faz livre de direitos. De modo que a conquista que já consideravam feita e solidamente feita do mercado americano está agora hesitante, duvidosa, dependente, ao que parece, da boa ou má cara que o Brasil fizer às propostas daquele consumidor para alteração de taxas aduaneiras, no sentido de favorecer qualquer produto seu contrariado aqui pela competência de outra nação (13 fev. 1901).

Ao informar os preços da farinha importada para o ano de 1900, *O Paiz* informava que a farinha americana entrou no Brasil a um preço médio de 30\$000 por barrica enquanto a farinha originária do Prata entrou por uma média de 27\$500 por quantidade equivalente a uma barrica, o que “resulta para o consumidor brasileiro uma economia na farinha argentina de 2\$500 por barrica.” Enfatizava que “sob este aspecto o assunto é de interesse eminentemente nacional.” (13 fev. 1901).

No decorrer do ano 1901 a questão das tarifas sobre o comércio de farinhas mereceu discussão no Legislativo brasileiro. A emenda que propunha a taxa de 40% sobre as farinhas importadas em sacos foi rejeitada pelo Senado Federal em 09 de dezembro daquele ano.

O jornal *O Paiz* comentando a rejeição dizia que “bastava a evidência de que o povo, já tão flagelado por impostos, ia suportar o peso de mais um.” Lembrava que aos moleiros argentinos “ficava livre o direito de despachar suas farinhas em barricas. Como lhes faltasse a madeira, teriam que ir buscar no Paraná, o que lhes encareceria o preço do produto e colocá-lo-ia em posição inferior ao seu concorrente americano.” Desta forma, criticava a tentativa de sobre-taxar a entrada de farinhas argentinas, com a desculpa que a sobretaxação era sobre a farinha importada em sacos: “se não havia declaradamente o intuito de lesar a exportação de um gênero platino, transpirava no ato, entretanto, o desejo de proporcionar ao gênero americano mais larga acolhida no mercado brasileiro.” *O Paiz* analisava a questão por um prisma mais amplo: “a baixa da exportação argentina, causando um abalo formidável aos moleiros, que encontram no Brasil uma tão boa clientela, seria no Rio da Prata um justo e constante motivo de ressentimento, de guerra e prevenção contra a nossa Pátria.” (10 dez. 1901).

A mesma linha de raciocínio tinha o *Correio da Manhã*, que considerava a tentativa de elevar a taxa sobre a farinha em sacos “injustificável, atentatória aos interesses do povo”. Sobre o fato de o café brasileiro entrar livremente no mercado norte-americano, dizia o jornal que o governo dos EUA só não tributava o café brasileiro “por não lhe convir o odioso de encarecer um gênero de consumo popular”. Quanto ao alegado aspecto higiênico, argumento utilizado para elevar a cobrança sobre a importação da farinha em sacos, o *Correio da Manhã* afirmava que isso “nunca foi tomado a sério.” (07 dez. 1901).

Enquanto ocorria a discussão no parlamento brasileiro, a imprensa argentina, como não poderia deixar de ser, se ocupou largamente da questão da tarifação das farinhas.

La Prensa, ao entrevistar um “importante” moageiro, acreditava que a campanha mais eficaz para vencer a concorrência dos EUA era melhorar ainda mais a qualidade da farinha. Segundo o entrevistado, os norte-americanos notando que a farinha argentina cada dia estava melhor e tinha mais aceitação no Brasil, estariam alarmados e procurando fazer desleal concorrência (14 nov. 1901).

Na mesma data, *La Nacion* dizia que o Brasil entre favorecer os EUA, cuja indústria farinheira não precisava dos mercados brasileiros para a sua prosperidade e favorecer a Argentina, não hesitaria em tornar práticos os sentimentos manifestados tão eloquentemente nas festas realizadas por ocasião das visitas presidenciais (14 nov. 1901).

Trinta e cinco dos mais importantes moageiros, representantes da indústria farinheira argentina, reuniram-se em assembleia para tratar do projeto brasileiro de aumento da tarifa de importação. Esta assembleia delegou poderes ao ministro da agricultura, Ramos Mexia, para defender seus interesses e aprovou um voto de agradecimento à imprensa, que brilhantemente os defendeu.

Como o Brasil era praticamente o único mercado para as farinhas argentinas, devido à proximidade dos dois países, a assembleia considerou impraticável a exportação de farinhas para a Europa. Segundo o *Jornal do Brasil*, naquela assembleia foi proposta “a criação de uma fábrica de barricas, considerando-se inconveniente este projeto, que poria em risco enormes capitais, deixando-os à mercê da tarifa anual brasileira, evidentemente hostil.” Aquela assembleia de moageiros teria reconhecido que, “caso seja sancionado o direito diferencial, ficará paralisada a exportação de farinhas para o Brasil.” (16 nov. 1901).

Para *La Prensa*, “no sería discreto ni serio pedir a Brasil que salve la industria harinera, como prueba de amistad y testimonio de la sinceridad de sus nobles sentimientos proclamados durante las fastuosas visitas presidenciales.” Segundo aquele periódico, os brasileiros observariam que os negócios devem ser decididos com critério comercial; diriam não ser suficiente que

“aquí habríamos honrado a su presidente”. Por conseguinte, “necesitamos ofrecer ventajas económicas a sus productos”, se referindo as exportações do Brasil para a Argentina (14 nov. 1901).

O governo brasileiro, ao taxar adicionalmente a farinha importada em sacos, atingia o principal produto argentino - no que se referia ao volume e ao valor - importado pelo Brasil, sem correr o risco de penalizar o consumidor brasileiro, uma vez que havia outro fornecedor seguro do mesmo produto. Já em relação a importação de charque, gado em pé e alfafa, produtos fornecidos, principalmente, pela Argentina, aumentar o imposto sobre esses produtos significaria, necessariamente, aumentar o preço no mercado interno brasileiro. Ademais, é preciso ter em conta que havia, então, interesse em aumentar o intercâmbio comercial com os EUA, pelo fato de este país então já absorver nada menos do que aproximadamente a metade das exportações brasileiras de café.

Ao dificultar via taxação, a entrada de farinha de trigo em sacos no mercado brasileiro, feria-se a Argentina no ponto nevrálgico do seu relacionamento comercial com o Brasil. Era a maneira de forçar o aumento do fluxo de exportação de produtos brasileiros para o mercado daquele país - principalmente café, tabaco e erva-mate.

Em abril de 1902, Ciro de Azevedo informou ao ministério das Relações Exteriores que, ao saber do projeto de reforma da tarifa aduaneira, então em curso no ministério da fazenda argentino, tomou a iniciativa pessoal de fazer gestões visando conseguir vantagens para o café brasileiro, sem oferecer qualquer compensação. O chefe do Executivo, Quirino Costa, vice-presidente em exercício, atendeu à solicitação do representante brasileiro, constando-lhe que havia interesse no estreitamento do intercâmbio comercial entre os dois países. A taxa sobre o café em grão, que pagava 20 centavos por quilo, foi reduzida, a partir de 1º de maio 1902, para 12 centavos. O café moído teve uma redução de 50 para 24 centavos por quilo. Ciro de Azevedo, ao mesmo tempo que esperava a aprovação do seu procedimento por parte do ministro das Relações Exteriores, informou que, se estivesse autorizado para “oferecer uma compensação razoável”, teria obtido “notável redução” nos direitos específicos que incidiam sobre o café, pois o que obteve se referia ao que na argentina era denominado “aforo” ou “aforamento”, cuja diminuição podia ser feita na esfera de competência do Poder Executivo.⁸

No mesmo período, o ministério da Agricultura argentino comunicava ao ministro das Relações Exteriores daquele país que o governo brasileiro havia proibido, através de decreto de 19 de abril, a introdução de farinha argentina, “dando como motivo de dicha medida el haver aparecido la peste bubónica en esta capital.” O referido decreto estabelecia que “las harinas

⁸ AHI. Ofício da legação brasileira em Buenos Aires, 12 abr. 1902.

argentinas solamente serán recibidas cuando está acondicionadas en barricas, y es notorio que nuestros fabricantes no mandan dicha mercadería en esta clase de envase.” Comunicava que as farinhas argentinas eram exportadas em bolsas feitas de tecido especial, adquirido nos EUA ou na Inglaterra. Por outro lado, queixava-se que “en cambio en nuestro país es permitida la importación de café del Brasil en bolsa de arpillerá, envase menos higiénico que el de las harinas argentinas.”⁹

O comércio argentino com o Brasil, no ano de 1902 alcançou as cifras de 4.583.645 pesos de importação e 8.368.742 pesos de exportação; no ano de 1903 estes valores foram de 5.350.976 pesos de importação e 8.545.127 pesos de exportação,¹⁰ ou seja, a balança comercial era amplamente positiva para a Argentina.

Em outubro de 1902, ao término da administração Campos Sales, o ministro argentino das Relações Exteriores, José Maria Drago, e Ciro de Azevedo entabularam conversações objetivando a assinatura de um convênio comercial e aduaneiro. O representante brasileiro, ao pedir instruções sobre o assunto, mostrou-se favoravelmente ao acordo. José Maria Drago insinuara-lhe que o Chile, encontrando melhor disposição do Brasil, pretendia se antecipar à Argentina no tratado de comércio.¹¹

Para a obtenção deste acordo comercial, o governo argentino estava disposto a abolir qualquer taxa sobre o café, o mate e o fumo, e quanto fosse possível, beneficiar a entrada de outros artigos brasileiros no mercado argentino. Para o ministro brasileiro, o momento era favorável para se conseguir o aumento das exportações do país: havia excesso de oferta de café e, em relação ao mate, na sua opinião, a isenção daria ao Brasil o domínio do mercado argentino, embora o cultivo deste produto estivesse aumentando na Província de Misiones; em relação ao fumo, previa o “maior sucesso”, em razão do aumento do consumo no país vizinho. Ciro de Azevedo via, ainda, a possibilidade de aumento crescente na entrada de outros produtos como madeiras de lei, que já começavam a faltar na Argentina, obrigando-a a importar dos EUA, água mineral, que tinham condições de competir com as locais e as importadas. O diplomata brasileiro ressaltou que apenas tentava mostrar as vantagens que traria para o Brasil a celebração de um convênio comercial, que estimularia a exportação de outros produtos, como frutas naturais e em conserva, para a Argentina.¹²

O titular das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães, concordava com o representante brasileiro em Buenos Aires, que o momento era oportuno para a celebração de um convênio

⁹ AMREC. Ofício do ministerio de Agricultura ao ministro de Relaciones Exteriores y Culto, 21 abr.1902.

¹⁰ AMREC. Ofício do ministerio de Agricultura ao ministro de Relaciones Exteriores y Culto, 21 abr.1904.

¹¹ AHI. Ofício da legação brasileira em Buenos Aires, 15 out. 1902.

¹² Id Ibid.

vantajoso, mas diante do fato de que estava prestes a assumir o novo presidente da República - Rodrigues Alves-, considerou “prudente deixar-lhe plena liberdade para a solução de negócio tão importante.”¹³

Depois da ampla discussão que ocorreu em 1901, os argentinos voltariam a pedir favores aduaneiros ao Brasil para a farinha de trigo, sob o argumento da equidade de tratamento do governo brasileiro dispensado ao produto similar norte-americano. Em dezembro de 1903, logo após o início da administração de Rodrigues Alves, que confiou os negócios exteriores do Brasil ao barão do Rio Branco, o representante argentino no Rio de Janeiro informava ao seu governo que o Brasil estava firmando “um acuerdo con Estados Unidos pra ofrecer rebaja 40% sobre harinas entre otras en cambio supreción de los derechos café.”¹⁴

A informação não procedia e tem que ser entendida no contexto do alarmismo da imprensa argentina, que muitas vezes esteve presente nas relações entre os dois países. A concessão brasileira foi menor. Através do decreto 5.912, de 16 de abril de 1904, o Brasil concedeu a redução de 20% nos direitos de importação sobre alguns produtos norte-americanos, notadamente a farinha de trigo, além de leite condensado, manufaturados de borracha, relógios, tintas e vernizes.¹⁵ Era uma forma de compensação ao maior importador do principal artigo de exportação brasileira, o café, que era recebido livre de direitos em seus mercados.¹⁶

Logo após a adoção da concessão aduaneira às farinhas norte-americanas, em detrimento das argentinas, *La Nación*, que já se disse era partidário da amizade com o Brasil, demonstrava toda a preocupação com as consequências que poderia ter para a economia argentina. A redução das tarifas alfandegárias em benefício das farinhas norte-americanas representava para a Argentina, que tinha nas farinhas um dos principais produtos de exportação, um grave prejuízo. *La Nación* apontava a gravidade direta, para a indústria moageira de seu país, da medida adotada pelo Brasil, “protegiendo al producto rival con una rebaja excepcional, acto de favor que presenta al gobierno brasileño incitado por la influencia norteamericana para aplicar las tarifas con instrumento de hostilidad à nuestros productos de acuerdo con un plan sistemáticamente ensayado.” (29 abr. 1904).

Como em Buenos Aires até “a imprensa amiga” atacou a concessão brasileira ao produto norte-americano, Rio Branco apressou-se a orientar o ministro Plenipotenciário na capital portenha, Ciro de Azevedo, que mesmo com a redução, a farinha norte-americana chegaria mais

¹³ AHI. Despacho para a legação brasileira em Buenos Aires, 15 out. 1902.

¹⁴ AMREC. Ofício da legação argentina no Rio de Janeiro, 25 dic. 1903.

¹⁵ AMREC. Telegrama da legação argentina no Rio de Janeiro, 14 abr. 1904

¹⁶ Mensagem Presidencial. In: ASF, Sessão de 23 jul. 1904.

cara ao mercado brasileiro. O representante brasileiro deveria agir para mostrar à opinião pública argentina que o benefício concedido não prejudicaria as suas exportações.

Ao representante brasileiro em Buenos Aires, Rio Branco explicitava:

A cotação de 88 kilos americana de 26 mil réis, tendo assim Argentina a vantagem de 6 mil réis posta no cais aqui ou Santos, Argentina 20 mil réis, tendo assim Argentina a vantagem de 6 mil réis sobre a Americana em 88 kilos, o que faz com que o importador prefira comprar à Argentina que assim suplantado a Americana [...] o direito atual é de 3.650 réis por 88 kilos; com o abatimento de 20% ou de 730 réis concedido à Americana, 88 K desta pagarão 2.920 réis, adicionando Americana 26 mil réis mais 2.920, total 28.920 réis. Argentina 20.000 réis, mais 3.650 direitos, total 23.650 réis. Portanto Argentina poderá competir como antes com a América. Antes do favor concedido o comprador preferia a Argentina, porque o comprava por 6 mil réis menos que a americana. Agora o comprará 5.240 menos.¹⁷

Embora estivesse convencido de que não prejudicaria o comércio argentino, Rio Branco alertava: “Pode usar destes dados sem os publicar como de origem oficial.”¹⁸

Durante todo período em que dirigiu as relações exteriores do Brasil, Rio Branco manteve inalterada sua posição frente a questões comerciais, tanto em relação aos EUA, como em relação a Argentina. A mensagem telegráfica encaminhada à legação brasileira em Buenos Aires, quando foi concedido a redução das tarifas às farinhas americanas revela todo o pragmatismo que direcionou suas ações frente ao ministério. “O favor feito [à] América tem esta explicação: ela nos compra quase metade [da] nossa exportação [de] café e recebe esse artigo sem cobrar direitos de entrada nem de consumo.” Para que qualquer outra Nação pudesse reivindicar os mesmos direitos, teria que, necessariamente, colocar-se na mesma situação, “isto é, isentar direitos e importar o mesmo [que a] América cinco meio milhões [de] sacas [por] ano. Argentina [importa] noventa cinco mil quinhentas [sacas].”¹⁹

Passados dois meses, para o *Jornal do Brasil* “a imprensa argentina está se debatendo em um círculo vicioso” em torno do decreto que “em má hora” havia concedido redução de 20% sobre o imposto de importação de alguns produtos norte-americanos, incluindo a farinha. Esta concessão não teria prejudicado a exportação deste produto argentino para o Brasil, tendo em vista “o grande desenvolvimento que no mercado brasileiro estão tomando as farinhas argentinas”. E continuava o periódico carioca: “as estatísticas não foram inventadas por nós ou pelo governo brasileiro, para o fim de contrariar os nossos ilustres colegas argentinos.” Segundo o jornal, antes do “malfadado decreto”, a influência do comércio argentino estava restrita ao

¹⁷ AHI. Telegrama à legação brasileira em Buenos Aires, 03 mai. 1904.

¹⁸ AHI. Telegrama à legação brasileira em Buenos Aires, 03 mai. 1904.

¹⁹ AHI. Telegrama à legação brasileira em Buenos Aires, 02 mai. 1904.

Rio de Janeiro; depois daquela medida, “a importação argentina invadiu literalmente os estados do Norte”, referindo-se à Bahia e Pernambuco, principalmente. E era muito enfático ao fazer a defesa da indústria nacional, cuja produção “baratearam extraordinariamente o preço do pão”, beneficiando o consumidor brasileiro. E o *Jornal do Brasil* fazia uma análise mais profunda: “a nossa indústria de moagem não prejudica de maneira alguma a República Argentina; contraria apenas os interesses de quatro ou cinco capitalistas estrangeiros, que exploram essa indústria em Buenos Aires.” E concluía a matéria: “*Ab amicis justa petemos!*”²⁰ (22 jul. 1904).

A análise da reivindicação argentina para o *Jornal do Brasil* ia mais além: “temos o direito de pensar que essa insistência não visa a impossível concorrência americana, mas tende a esmagar a indústria dos moinhos brasileiros.”

Até o *Correio da Manhã*, jornal de oposição ao governo brasileiro, criticou o posicionamento da imprensa argentina: “queixam-se os argentinos, por intermédio da sua imprensa, que lhes causou grandes prejuízos a redução de 20% nos direitos sobre produtos americanos por nós importados”. Entretanto, informava aos seus leitores que no primeiro semestre de 1904, quando começou a vigorar o benefício aos norte-americanos, entraram no porto do Rio de Janeiro 230.000 sacos de farinha argentina e apenas 13.000 de farinha norte-americana, além de 60.000 toneladas de trigo argentino. Desta forma, concluía o *Correio da Manhã*: “as queixas, portanto, não são procedentes.” (07 ago. 1904).

Dois anos depois, a questão das farinhas volta a ser discutida. Pelo decreto 6.079, de 30 de junho de 1906, o governo brasileiro renovou a concessão às farinhas norte-americanas. Como mais uma vez houve reclamação por parte do governo argentino, Rio Branco colocou a questão nos devidos termos, sem deixar margens para dúvidas, ao afirmar que qualquer país que pretendesse beneficiar suas exportações para o Brasil com redução de 20% nos direitos alfandegários, deveria comprar café brasileiro em quantidade que ao menos se aproximasse daquela importada pelos EUA. Não era o caso da Argentina, que importava 120 mil sacas por ano, contra 6 milhões e 100 mil dos EUA, 2 milhões da Alemanha, 748 mil da França, 400 mil da Holanda e 300 mil da Bélgica.²¹

Em que pese a argumentação do governo brasileiro, de que não estava prejudicando o comércio de farinha do país vizinho, a imprensa portenha continuou a campanha para que o mesmo benefício concedido pelo Brasil aos EUA também o fosse para a Argentina. *La Nación* explicitava o caso da farinha:

es uno de tantos accidentes que han resentido o perturbado nuestras buenas relaciones con ese país [...] la preferencia norteamericana no nos alarma

²⁰ Ditado latino que pode ser traduzido como “podemos pedir apenas aos amigos”.

²¹ AHI. Despacho à legação brasileira em Buenos Aires, 12 jul. 1906.

mayormente. Tiene sus compensaciones, y para excluir nuestras harinas tendrá que asumir un carácter abierto y odiosamente agresivo, llegando, como há sucedido ya, hasta mortificar el sentimiento nacional (11 jul. 1906).

O jornal *La Prensa*, embora fosse o grande concorrente do *La Nación*, no caso das farinhas, fazia coro a este último: “mientras nuestro gobierno se halagaba con el cuanto puesto que la Argentina ocupa en las importaciones del Brasil, este se entendia con los Estados Unidos para desalojar nuestras harinas.” (16 jul. 1906).

O sisudo e decano da imprensa brasileira da época, o *Jornal do Commercio*, dará uma resposta à imprensa argentina, ao expor que a redução de 20% sobre a importação da farinha norte-americana significava apenas um quinto da diferença entre os fretes de Nova York e de Buenos Aires até o Rio de Janeiro, respectivamente: “quer isto dizer que a farinha argentina ainda continua a gozar grandes vantagens sobre a farinha americana, graças a sua proximidade do mercado brasileiro.” (25 dez. 1906).

Logo após ter assumido, pela última vez, o ministério das Relações Exteriores e Culto,²² Zeballos propõe um acordo comercial, que deixaria livre a entrada na Argentina de produtos brasileiros, como café, erva-mate, cacau, tabaco e açúcar para refino, em troca de concessões brasileiras para a farinha argentina e algum outro produto que não fosse similar de artigos brasileiros.²³

Como continuasse a reivindicação argentina, Rio Branco volta a insistir que “a Argentina não tem direito aos pequenos favores que concedemos aos EUA.” Argumentava que a exportação argentina para o Brasil já era muito superior à exportação brasileira para a Argentina, uma vez que esta comprava muito pouco do Brasil. Dava-se o contrário no comércio brasileiro com os EUA. “Os Estados Unidos compram-nos mais da metade da nossa enorme exportação de café, compram-nos muita borracha, cacau e outros produtos brasileiros, ao passo que nós importamos muito pouco dos Estados Unidos.”²⁴ Como a Argentina comprava pouco do Brasil, no início do ano seguinte, Rio Branco continuava irredutível: “não podemos conceder à nossa vizinha reduções que temos negado [à] Alemanha, França, Bélgica, Holanda países que nos compram muito mais que Argentina.”²⁵

Esta posição do poderoso ministro brasileiro era repercutida na imprensa de Buenos Aires. *La Razón*, um jornal visceralmente anti-brasileiro, afirmava compreender por que o

²² Estanislao Severo Zeballos foi ministro das Relações Exteriores da Argentina em três oportunidades: 10 de setembro de 1889 à 14 de abril de 1890, na presidência de Juárez Celman; 22 de outubro de 1891 à 12 de outubro de 1892, na presidência de Carlos Pellegrini e 21 de novembro de 1906 à 22 de junho de 1908, na presidência de Figueroa Alcorta.

²³ AHI. Ofício 14 - reservado - da legação brasileira em Buenos Aires, 06 dez. 1906.

²⁴ AHI. Despacho 18 à legação brasileira em Buenos Aires, 21 set. 1906.

²⁵ AHI. Telegrama à legação brasileira em Buenos Aires, 05 jan. 1907.

Brasil não fazia concessões ao comércio argentino, quando, segundo aquele diário, a única resistência era da parte de Rio Branco, que desejava satisfazer a vontade dos EUA (09 mar. 1907).

Dois meses antes, em defesa da posição brasileira, *O Paiz* argumentava que “entendem os argentinos que lhes cumpre pleitear favor semelhante e prontificam-se, ao que parece, a tratar com grande benignidade aduaneira o nosso café.” Os argentinos também estariam aventando a possibilidade de ampliar o mercado para o açúcar brasileiro. Lembrava *O Paiz* que a Argentina estava produzindo açúcar e de forma sarcástica dizia que “não haverá copo d’água em que uma colherada do nosso (açúcar) haja de ser desejada”. Portanto, a expectativa de aumentar a exportação de açúcar para a Argentina “não passa de uma cogitação delirante”. Quanto à questão da farinha de trigo, “não compreendemos realmente o motivo da grita dos industriais platinos com referência aos 20% de redução tarifária que concedemos aos Estados Unidos”. Segundo este jornal, esta concessão tarifária não havia prejudicado a importação brasileira deste produto oriundo da Argentina: “a importação da farinha americana no Brasil decresce de ano a ano, e a da farinha do Rio da Prata aumenta!”. Por isso questionava: “que significa, então, esse reclamo de taxas menores?” (12 jan. 1907).

O ano de 1908 foi particularmente tenso nas relações ente Brasil e Argentina. A hipótese de uma solução armada foi seriamente considerada pelas chancelarias dos dois países.

Quando Domicio da Gama, naquele ano, chegou a Buenos Aires para assumir a chefia da legação brasileira, sentiu de imediato a hostilidade ao Brasil que havia junto à opinião pública portenha. Por isso, propôs a “simples rebaixa no imposto sobre as farinhas importadas de toda a parte.”²⁶ Acreditava aquele diplomata que a concessão aduaneira ao principal produto da pauta de exportação argentina amainaria o sentimento anti-brasileiro existente no país vizinho.

Em que pese a redução de 20% na importação das farinhas norte-americanas, a farinha argentina continuava a entrar no mercado brasileiro com um custo menor. O *Correio da Manhã* apontava que, em 1910, a despesa total por tonelada, desde o país de origem até os portos brasileiros era de 14\$066 para a farinha argentina e de 40\$828 para a norte-americana (07 mar. 1910).

A farinha argentina tem, portanto, de despesas cerca de 35% a menos das despesas norte-americanas, o que é suficiente para explicar a redução das importações dos Estados Unidos e o aumento incessante das da Argentina, pois os 20% de benefício concedido pelo Brasil à República do Norte não chegam, na verdade, para facilitar-lhe a concorrência com o similar que recebemos dos nossos vizinhos do sul (*Correio da Manhã*, 07 mar. 1910).

²⁶ AHI. Ofício da legação brasileira em Buenos Aires, 03 ago. 1908.

Já obtendo vantagens alfandegárias para suas farinhas, o governo dos EUA iria pedir ao Brasil que “o benefício de que goza seja elevado em mais 20%, ou seja, a um total de 40% de redução na tarifa em vigor.” O fato que a farinha norte-americana, devido aos custos de transporte, principalmente, chegava no mercado brasileiro com um preço mais alto, motivava o *Correio da Manhã* afirmar que “a reclamação dos Estados Unidos tem fundamento.” (07.03.1910).

Alguns meses depois, o *Jornal do Commercio* noticiava que informações que chegavam de Washington, diziam que a nova lei de cabotagem do Brasil causaria grande prejuízo à farinha norte-americana, resultando em benefícios à farinha argentina. Isso por que a nova lei proibia aos navios estrangeiros praticarem a cabotagem em águas brasileiras. Desta forma, induziria os armadores brasileiros a dedicarem-se, de preferência, ao transporte da farinha argentina, perdendo terreno a importância de exportação de farinha de trigo norte-americana para o Brasil (01.11.1910).

De fato, o governo dos EUA solicitava uma redução maior nas tarifas de importação brasileiras para as suas farinhas. Esta medida foi relativamente bem sucedida, ganhando 30% de redução ao invés dos 40% solicitados.:

O Decreto n. 8.520, de 12 de janeiro de 1911, mandou observar nesse exercício os dois Decretos anteriores, elevada a 30% a redução da taxa referente á farinha de trigo, compensadora de concessões ao café e outros gêneros de produção nacional; só se tornando effectiva a redução de 30% para os despachos que se effectuassem dessa data em diante.²⁷

Como se observa a partir de 1911 estes benefícios foram ampliados. A diplomacia argentina vai acusar o golpe. Em correspondência à Julio Fernandez, ministro plenipotenciário da Argentina no Brasil, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Bosh, dizia que a medida “há producido á este Gobierno una penosa impresión”. Quanto ao fato de se ampliar a concessão em troca da entrada livre do café brasileiro no mercado norte-americano, o ministro argentino dizia “que no basta que la Argentina consuma el café brasileño, sinó que seria necesario que lo hiciera en la proporción de los Estados Unidos, para que pudiera pretender los favores acordados á esa nación.” Além da causar um sério prejuízo à exportação argentina, a medida adotada pelo governo brasileiro estaria criando um sério obstáculo “al propósito en que estamos empeñados de fomentar por todos los medios posibles el desenvolvimiento de nuestros vinculos políticos y comerciales con la República vecina.”²⁸

²⁷ AHI. Relatório do ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 1914, p. 210.

²⁸ AMREC. Ofício à legação argentina no Rio de Janeiro, 16 mar. 1911.

La Prensa, historiando os pedidos feitos pela Argentina ao Brasil para que baixasse a taxa de importação das farinhas argentinas, aproveita para acusar, sem citar nomes, por inoperância, os personagens políticos que poderiam ter agido de forma diferente. Deduz-se que está se referindo à Vitorino La Plaza e Manoel Gorostiaga, respectivamente ex-ministro das Relações Exteriores e ministro plenipotenciário argentino no Rio de Janeiro. Afirmava *La Prensa* que mesmo quando o presidente Julio Roca desejava suprimir os direitos sobre o café brasileiro, o Brasil não demonstrou interesse em diminuir os direitos sobre a farinha argentina. Lembrava que Assis Brasil era partidário de um tratado de comércio argentino-brasileiro, mas que Rio Branco obrigou-o a recuar, não tratando das farinhas.

Ao finalizar, aconselhava o governo argentino a não insistir mais no pedido de equiparação das tarifas da farinha argentina à das farinhas americanas, e que lançasse mão de outros processos (17.02.1911). No entanto, não indicava quais processos deveriam ser utilizados.

Praticamente no final da gestão Rio Branco, *La Prensa*, abordando a mesma temática, afirmava que faziam dez anos que o Itamaraty hostilizava o comércio argentino e que sua política teria um objetivo definido: “aislar á la República Argentina, de las naciones americanas.” A forma pela qual “opera la araña de Itamaraty”, para prejudicar a Argentina, não era conhecida publicamente por ninguém. A concessão dos benefícios aduaneiros em favor dos EUA não era espontânea, “sino impuesto por el coloso americano.” (29 jan. 1911).

O *Correio da Manhã*, em que pese ser um jornal de oposição ao governo brasileiro, em relação às farinhas se posicionou contra as pretensões argentinas. No decorrer do primeiro semestre de 1911 o jornal publicou uma série de matérias criticando a posição argentina, seja em matérias não assinadas ou editoriais firmados por Gil Vidal, seu editor chefe. Assim, este jornal vai mostrar que a imprensa argentina, “na persuasão de ter descoberto uma grande lebre, iniciou contra os favores concedidos pelo Brasil à farinha norte-americana a campanha de doestos.” E de forma satírica afirmava: “pela força das circunstâncias, estamos subordinados às especulações de preço dos nossos amados vizinhos.” E defendia de forma incontestada a medida tomada pelo governo brasileiro:

O que fizemos com os norte-americanos, além de ser um gesto de cortesia para quem tanto nos dá e quase nada nos pede, foi uma medida de alto alcance econômico, do ponto de vista do interesse brasileiro. Precisávamos fomentar a concorrência dos dois produtos, que não permitisse mais tarde uma surpresa de câmbio, quando a Argentina, seguindo aliás os nossos processos a propósito do café, se resolvesse a “valorizar” também a sua farinha.

Para o *Correio da Manhã*, a imprensa de Buenos Aires estaria “servindo aos cautelosos interesses dos industriais que pretendiam firmar-se entre nós por um monopólio absoluto” e por

isso “viu com maos olhos a nossa avisada providência de reduzir os impostos dobre o produto norte-americano” (29.06.1911)

Em outro momento o *Correio da Manhã* vai dizer que a questão das farinhas “é positivamente uma feição jocosa e desopilante.” A Argentina, “pelos seus órgãos de publicidade, começou por agredir o Brasil e até por ameaça-lo de fechar as suas alfândegas aos nossos produtos.” O jornal considerava “jocosa e desopilante” o fato de o governo argentino bradar que depois do benefício concedido aos EUA, “a farinha argentina tem tido grande prejuízo pela concorrência norte-americana.” Considerava o *Correio da Manhã* esta questão de “uma simplicidade infantil”, pois até pouco tempo atrás, os EUA eram os principais fornecedores de farinhas ao Brasil, em quantidades muito superiores do que “os nossos graciosos vizinhos”.

A Argentina teria desenvolvido a sua produção, “favorecida pela mão de obra, que é barata, pela cessão de terras aos agricultores e pela facilidade e modicidade de transporte,” e ao exportar para o Brasil, “deslocou do nosso mercado a farinha norte-americana.” (03.07.1911)

Passados dois dias, o *Correio da Manhã* volta a discutir as pretensões argentinas, ao comentar declarações do ministro argentino no Rio de Janeiro, Julio Fernandez, a respeito do prejuízo que estavam tendo as farinas argentinas. O *Correio* apresentava estatísticas para mostrar que os argentinos não tinham razão, quando afirmavam que suas exportações para o Brasil estavam sendo prejudicadas:

Tabela IV – Importação brasileira de farinhas (em toneladas)

Anos	Argentina	EUA
1902	37.234	46.840
1903	68.372	38.714
1904	86.806	30.241
1905	108.577	20.000
1906	122.282	24.526
1907	126.379	29.542
1908	112.074	25.712
1909	108.022	26.524

Fonte: *Correio da Manhã*, 05 jul. 1911

Apresentava também dados estatísticos das despesas dos últimos anos para Argentina e EUA colocar a farinha no mercado brasileiro:

Tabela V - Valor médio de despesas por tonelada de farinha (em mil-réis)

Anos	Argentina	EUA
1907	13\$499	38\$655
1908	14\$000	40\$828
1909	14\$061	42\$117

Fonte: *Correio da Manhã*, 05 jul. 1911.

Para o *Correio da Manhã*, a Argentina nenhuma razão teria na sua pretensão de querer as mesmas tarifas alfandegárias que os EUA, “como nenhuma razão tem a Prensa nos ataques com que nos mimoseia e que naquele jornal são, sem mais nem menos, do que uma obcecação que parece incurável.” (07 jul. 1911).

Um mês após o *Correio da Manhã* ter externado sua crítica ao *La Prensa*, o tradicional periódico buenairense voltava à carga na defesa de tratamento tarifário igual por parte do Brasil: “el asunto de las harinas preocupa hoy más intensamente que nunca à los hombres de negócios que están vinculados por sus intereses á la molineria argentina.” Criticava também o governo argentino por não tomar medidas capazes de “satisfacer las legítimas exigências de la indústria nacional, tanto para el presente como para el futuro... se presente lleno de amenazas, que pueden convertirse en una verdadera catástrofe para los valiosos capitales invertidos en molinos en una fecha no lejana.” Justificava os interesses dos moageiros argentinos, na sua pretensão e “deseo de conservar el único mercado legítimo que les pertence, dada la vecindad del Brasil com nuestro país.” Concordava com a imprensa brasileira de que os moageiros argentinos continuavam exportando farinhas para o Brasil nas mesmas quantidades dos anos de 1909 e 1910, “pero con desventajas, con sacrificios pecuniários que suportan solamente para no malogar en su totalidad las ingentes sumas invertidas en el negocio.” Argumentava ainda, que por mais que as distâncias do deslocamento de suas farinhas fossem menores, por mais que tivesse um menor custo de produção, “no es posible luchar contra tan excesivos derechos diferenciales”.

Para *La Prensa* estava muito clara qual era a intensão existente por trás do rebaixamento das tarifas alfandegárias:

No contento com esto, los molineros de Norte America, cuyos intereses están bien tutelados pelo gobierno de la Unión, tienen la esperanza de poder desalojar completamente del Brasil al produto argentino, desde que la cancilleria americana se há reservado el derecho de pedir a Rio de Janeiro más margen de franquicia, dando prévio aviso de seis meses al Ministerio de Relaciones Exteriores de nuestro país (21 ago. 1911).

No final de 1911, *La Nacion* ao comentar o mercado brasileiro diz que era inútil a promessa dos exportadores de farinha norte-americanos de que poderão baratear o seu produto. O governo brasileiro deveria se preparar para em pouco tempo receber o pedido de grandes e novos favores por parte dos industriais de farinha dos EUA, “porque, salvo a costa de aranceles proteccionistas, la harina norteamericana no podrá penetrar en el mercado brasileño ni desplazar de él a la harina argentina.” Destacava também *La Nacion* que tramitava na Câmara dos Deputados do Brasil um projeto para beneficiar a cultura de trigo no país e que, se isso se concretizasse, prejudicaria enormemente a indústria moageira argentina. Certamente os agricultores,

novos produtores de trigo, exigiriam pesados impostos sobre a importação de farinhas argentinas. Para aquele periódico, o protecionismo agrário é sempre ineficaz, e muito mais será para o Brasil, visto que não produz o suficiente para suas necessidades. Por isso defendia que o Brasil e a Argentina só teriam a lucrar aliando-se contra os EUA, inimigo comum que precisavam combater. Apesar de tudo, o jornal fundado por Bartolomeu Mitre tentava ser otimista em relação ao mercado para as farinhas de seu país: “Si Brasil inicia el proteccionismo agrario, Argentina, a pesar de perder su mercado agrícola allí, sentirá muy poco al respecto, considerando, tal como son, productos buscados en todo el mundo.” (24.12.1911).

No início do ano seguinte, *La Prensa* continua batendo na mesma tecla, ao noticiar que o secretário de Estado, Philander Knox e o representante brasileiro em Washington, estavam entabulando negociações para que as farinhas americanas tivessem entrada livre no Brasil. E criticava o governo argentino por sua inércia diante da questão das farinhas: “Si efectivamente el Sr. Knox busca obtener una franquicia que traiga consigo el peligro de desalojamiento total de la harina argentina de Brasil, nuestra diplomacia recogería los frutos de su política.” (06.01.1912),

O *Correio da Manhã* mais uma vez aproveita para criticar a posição de *La Prensa*, que “aparece clamorosa, contra o Brasil, contra o próprio governo argentino, contra toda gente enfim.” *La Prensa* estaria verdadeiramente atemorizada, “tanto mais que o governo argentino atual não usa para com o nosso país aquela política diplomática tão a gosto do sr. Zeballos.” (14.01.1912). O *Correio* lembrava aqui a época em que Zeballos foram ministro das Relações Exteriores e liderava boa parte da opinião pública argentina contra o Brasil, cuja campanha era capitaneada por *La Prensa*, jornal em que o ex-ministro havia sido redator chefe.

Concorrente e adversário do *La Prensa*, o *La Nacion* defendia que era chegado o momento para formular-se um tratado de comercio em condições recíprocas para o intercâmbio de produtos dos dois países. Defendia que o Brasil fizesse concessões à farinha argentina, que seria compensado com igual procedimento em relação à erva-mate, o fumo e o café brasileiro. O periódico porteño chamava a tenção dos dois governos, que deveriam estabelecer relações comerciais em que as transações fossem realizadas “sin trabas aduaneiras.” (21.05.1912).

No ano de 1912 a Argentina pretendeu impedir a entrada em seu mercado da erva-mate brasileira sob a alegação que era impura e prejudicial à saúde pública. O *Correio da Manhã* defendeu que, em contrapartida, o Brasil deixasse de importar farinhas de trigo em sacas.

Essa medida, aliás, já devia ter sido de há muito posta em prática. A farinha em sacos tem graves inconvenientes, o principal dos quais é a falta de higiene. Fermenta a farinha de trigo mais facilmente, quando ensacada, e através do tecido do cânhamo ou da juta passam poeiras e sujidades que vão depositar-se na farinha, prejudicando a pureza, a higiene do pão [...] os Estados Unidos só adotam

as barricas de madeira, absolutamente higiênicas e garantidoras da farinha, o que dá a este produto incontentáveis vantagens (05 jun. 1912).

Apesar dos protestos do governo argentino, a posição do governo brasileiro permanece inalterada em relação à concessão tarifária. E o que se percebe é que a partir de 1911, quando o Brasil diminui em 30% as tarifas de importação da farinha norte-americana, a entrada de farinha argentina começa a diminuir gradativamente, até que em 1914 é suplantada pela mercadoria vinda dos EUA. Somente em 1916 a Argentina recupera parte do mercado perdido, pois segundo o *Jornal do Commercio* “a produção norte-americana foi escassa e desse fato soube a Argentina tirar grande vantagem.” (28 mar. 1917).

Tabela IV – Importação brasileira de farinhas (em toneladas)

Ano	Argentina	EUA
1910	108.359	40.654
1911	100.544	46.648
1912	109.504	54.840
1913	103.961	56.900
1914	62.134	68.600
1915	53.355	70.800
1916	65.992	39.500

Fonte: *Correio da Manhã*, 29 mar. 1917; *Jornal do Commercio*, 28 mar. 1917.

Em compensação, a importação de trigo argentino para a moagem da indústria nacional de farinhas só aumentava. Segundo dados do *Jornal do Commercio* ao comparar os números de 1906 e 1913, constatava que a importação brasileira total de farinha naqueles dois anos foi de 146.000 toneladas e 171.000 toneladas, respectivamente, com um aumento de 17%; a importação de trigo no mesmo período foi de 231.000 toneladas em 1906 e 382.000 toneladas em 1913, com um aumento de 70% (23 dez. 1915). E de forma absoluta, a Argentina era a grande fornecedora de trigo para os moinhos brasileiros.

*

* *

O comércio de farinhas de trigo ocupou boa parte da atenção da diplomacia e da imprensa do Brasil e da Argentina no início do século XX. O Brasil praticamente não produzia trigo; portanto, tinha que importar quase a totalidade das farinhas consumidas no país ou importar trigo para ser moído nos moinhos nacionais.

Os EUA eram o grande fornecedor de farinhas ao Brasil. A partir da última década do século XIX a Argentina passou a ser grande produtora de trigo e de farinhas e o Brasil se torna

o destino preferencial destes produtos. No início do século XX a Argentina suplanta os EUA no fornecimento de farinhas ao Brasil.

A partir do momento que o Brasil passou a importar uma quantidade maior de farinhas da Argentina começou a pressão norte-americana para obter junto ao governo brasileiro benefícios aduaneiros. E o Brasil concede estes benefícios: até 1910 foi concedido a redução de 20% nas tarifas aduaneiras e a partir daquele ano o benefício passou a ser uma redução de 30% das referidas tarifas. A justificativa oficial é que estas concessões eram medidas de reciprocidade, uma vez que o café brasileiro entrava livre de quaisquer direitos no mercado norte-americano, que absorvia a maior parte da exportação cafeeira do Brasil.

Apesar de toda a campanha e pressão exercida pela imprensa portenha, bem como as gestões oficiais por parte do governo argentino, até a Primeira Guerra Mundial, o Brasil não concedeu redução nos direitos de importação às farinhas argentinas. A diplomacia da agroexportação, com a aproximação diplomática brasileira com os EUA ajuda a entender o por que os benefícios alfandegários a um produto importado de primeira necessidade não foram concedidos à Argentina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa, Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- BUENO, Clodoaldo. Política Exterior de Rio Branco: o Brasil e o Subsistema Norte Americano de Poder (1902-1912). *História*, Assis, ano IX, 1977, p. 113.
- BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC ed., 2003.
- CERVO, Amado Luís; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2013.
- FONSECA, Renato da. *O intercâmbio Brasil-Argentina e o comércio intra-indústria: 1900-1987*. Rio de Janeiro: PUC (Dissertação de mestrado em economia), 1989.
- GALLO, Exequiel. Liberalismo y crecimiento económico y social: Argentina (1880-1910). *Revista de Instituciones, ideas y mercados*, nº 49, p. 233-243, oct. 2008.
- GIMÉNEZ, Ovidio. *Del trigo y su molienda*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas, 1959.
- HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica do Barão: as ações geopolíticas de Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Curitiba: Prismas, 2015.

HEINSFELD, Adelar. Argentina x Chile: fronteira e corrida armamentista no Cone Sul no final do século XIX. *História: debates e tendências*, vol. 19, n° 3, p. 531–548, set./dez. 2019)

HORA, Roy. La evolución del sector agroexportador argentino en el largo plazo, 1880-2010. *Historia Agraria*, n° 58, dic. 2012, p. 148.

KORNBLIHTT, Juan. Los empresarios molineros argentinos ante los límites de las exportaciones harineras a principios del siglo XX. *H-industri@ Revista de historia de la industria, los servicios y las empresas en América Latina*. Año 4, n° 6, primer semestre 2010.

MARTIREN, Juan Luis; RAYES, Agustina. La industria argentina de harina de trigo en el cambio de siglo. Límites y alcances, 1880-1914. *H-industri@ Revista de historia de la industria, los servicios y las empresas en América Latina*. Año 10, n° 18, primer semestre 2016.

RAPOPORT, Mario. *Historia Económica Política Y Social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SATAS, Hugo Raúl. *Una política exterior argentina: comercio exterior e ideas em sus Orígenes y consolidación (1862-1914)*. Buenos Aires: Hyspamerica Ediciones Argentinas, 1987.

SCOBIE, James R. *Revolución en las pampas. Historia social del trigo argentino, 1860-1910*. Buenos Aires: Hachette, 1964.